



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

03/03/2016 - 3ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Srs. Senadores, senhores convidados, que são instados a guardar o mais absoluto silêncio durante a sabatina e a reunião, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Logo mais, iremos deliberar sobre a ata da reunião anterior.

Vamos apreciar algumas matérias deliberativas antes de iniciarmos a segunda parte da reunião de hoje, que é uma sabatina. Sabatinaremos dois diplomatas indicados pela Presidente Dilma Rousseff para representar o Brasil, na República Dominicana e na Estônia.

Pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 6, de 2016

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Relatório pendente.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara.

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Agripino para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de proferir o relatório, eu gostaria de fazer ciência à Comissão de que, na manhã de hoje, recebi um telefonema do Embaixador Roberto de Azevêdo, nosso titular na OMC, na Suíça, em Genebra, dando-me conta de que havia lido o relatório que vou tornar público, e que ele, como nosso representante na OMC - e a palavra mais avalizada é a dele, que está no dia a dia administrando conflitos de interesses entre países na área do comércio internacional -, disse que o diploma que está para ser apreciado e aprovado, na visão dele - assim diz S. Ex^a -, está perfeito, atende perfeitamente ao que o Brasil precisa em matéria de definição de procedimentos de desburocratização, que, em última análise, significa diminuição de custos, na criação de instrumentos que vão diminuir custos nas relações internacionais.

Ou seja, é um documento que se impõe nas relações comerciais multilaterais do Brasil com vistas a melhorar o superávit da balança comercial. Ele entende que o acordo ou o aditivo ao acordo existente é oportuno, é contemporâneo, é objetivo e é interessantíssimo para o Brasil.

Eu gostaria de tornar essa minha conversa com o Embaixador Roberto Azevêdo pública porque é uma espécie de aval ao relatório que eu preparei com base na proposta que vem da Câmara dos Deputados e que é de grande interesse para o Estado brasileiro. É uma coisa de interesse do Estado. Perpassa governos; é uma coisa de interesse do Estado brasileiro. E como o relatório está distribuído aos membros da Comissão, ele é extenso, são 24 itens e suponho que a matéria já tenha sido lida pelos membros da Comissão, vou procurar fazer um resumo dos pontos mais importantes para conhecimento da Comissão e submeter o relatório a apreciação e votos.

Sr. Presidente, cuida-se aqui do Protocolo de Alteração ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC) aprovado pelo Conselho Geral daquela organização em 27 de novembro de 2014. Esse protocolo incorpora o Acordo sobre a Facilitação do Comércio, que lhe é anexo, ao acervo normativo da OMC, ao inscrevê-lo no anexo 1A do acordo constitutivo, nos termos de seu artigo X.3. O acordo constitui o primeiro documento a ser incluído na lista de acordos da OMC desde a sua criação. Ou seja, é o primeiro adendo, um adendo importante.

O texto está dividido em três seções. A seção I, que vai do artigo 1 ao artigo 12, traz as regras gerais do acordo. A seção II, que vai do artigo 13 ao artigo 22, cuida de disposições de tratamento especial e diferenciado para países membros em desenvolvimento e países membros de menor desenvolvimento relativo - é uma coisa muito importante. É aí onde está o grosso dos conflitos e, do art. 13 ao 22, trata especificamente dessas relações dos países subdesenvolvidos, os países de menor expressão econômica. E a última, seção III, com dois artigos (23 e 24), regula as disposições institucionais e finais.

Leio alguns artigos.

O artigo 6, por exemplo, disciplina a cobrança de taxas e encargos incidentes sobre a importação ou exportação, ou em conexão a estas, e dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas em caso de violação das normas que regem estas atividades. Isso fala por si só.

O artigo 8 trata da cooperação entre órgãos de fronteira, dispondo que cada membro assegurará que suas autoridades adequarão seus procedimentos para facilitar o comércio.

Na seção II do anexo, aborda-se o tratamento diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. No seu artigo 13 são tratados os princípios gerais de implementação das disciplinas contidas na seção I, preconizando que os países de menor desenvolvimento só serão obrigados a assumir compromissos compatíveis com o seu desenvolvimento, necessidades financeiras e comerciais ou suas capacidades administrativas e institucionais individuais. Cria-se a obrigação de prestação de assistência e apoio à capacitação para ajudar essa categoria de membros, compreendida como assistência técnica, financeira ou qualquer outra forma de assistência mutuamente acordada de modo a permitir o cumprimento das disciplinas da seção I.

Por exemplo, relação entre a Tanzânia e os Estados Unidos, entre a França e a Libéria. Aplica-se, é o caso específico disto aqui, nas relações entre países de economias desiguais. O adendo ao acordo dá um tratamento específico e que disciplina muitos dos conflitos que se tornaram habituais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - E são normas que, digamos, não prejudicam acordos bilaterais que venham a ser...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Até porque...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pelo contrário. Facilitam. Criam um molde.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Eles estão acordados pela OMC. Foi um trabalho hercúleo da OMC. Eles foram acordados e nós estamos aqui aprovando.

E o importante, a propósito da intervenção de V. Ex^a, é que o Embaixador Roberto Azevêdo vai estar aqui na próxima semana e seria muito importante que ele já levasse a aprovação da Comissão e do Plenário desse diploma, desse instrumento que o Congresso brasileiro está avalizando, para que nós, brasileiros, para que o comércio internacional brasileiro já pudesse usufruir dos benefícios que estão dentro desse acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Se me permite mais uma interrupção, Senador, quero dizer que ontem me entendi com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e tive dele o compromisso de colocar na pauta da sessão plenária de hoje esse projeto de decreto legislativo uma vez que ele tenha sido aprovado aqui, na nossa Comissão, a partir do seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Como sempre, uma providência oportuna por parte de V. Ex^a. Isso é oportuníssimo. Inclusive, eu disse ao Embaixador Roberto Azevêdo que iria tomar a iniciativa de pedir urgência, mas que tinha certeza de que V. Ex^a, como Presidente da Comissão, iria adotar todas as providências para que a matéria, mais do que em caráter urgência tramitando na CRE, iria chegar ao Plenário do Senado também em regime de urgência,

para que ele pudesse, vindo ao Brasil na próxima semana, já ser portador do diploma aprovado pelo Congresso, o que vamos tentar.

O art. 20, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preconiza períodos de carência para aplicação do entendimento relativo às normas e procedimentos sobre solução de controvérsias para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo - os mesmos argumentos que usei na apreciação anterior.

Na Seção III encontram-se as disposições institucionais e finais.

O art. 23 prevê a criação do Comitê de Facilitação do Comércio, aberto à participação de todos os membros, com a finalidade de proporcionar a oportunidade de realizar consulta sobre qualquer matéria relacionada ao funcionamento do Acordo.

A facilitação comercial constitui na simplificação e na desburocratização das atividades e procedimentos relacionados ao comércio exterior. A finalidade é reduzir barreiras e custos de transações não tarifários relativos ao comércio.

O tema da facilitação do comércio vem sendo tratado pela OMC desde 1996, por ocasião da Conferência Ministerial de Cingapura, e foi introduzido na agenda multilateral de negociações comerciais a partir de 2001, com o lançamento da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

As negociações foram demarcadas pelas diretrizes contidas em três artigos do GATT 1994: liberdade de trânsito (art. V), necessidade de minimizar e simplificar taxas e formalidades impostas pelas aduanas e por outras agências dos governos (art. VIII) e publicação e administração das regulamentações comerciais (art. X).

O Brasil apoiou a inclusão do tema da facilitação de comércio no pacote de resultados antecipados à Rodada de Doha.

Por fim, em novembro de 2014 foi acordado o Protocolo de Emenda, ora em apreço, para incorporar o Acordo sobre a Facilitação do Comércio ao Anexo 1A do Acordo Constitutivo da OMC.

Especialmente relevantes para a nossa economia são os dispositivos voltados para a redução da burocracia das operações de comércio exterior, seja da aduana brasileira, seja da aduana de nossos parceiros comerciais, como os que preconizam um desembaraço aduaneiro mais rápido e mais barato. Como exemplo, pode-se citar a previsão de auditoria pós-desembaraço, o que torna possível concluir o despacho aduaneiro antes de a mercadoria ser auditada.

O Brasil já adotou a maioria das medidas previstas no Acordo sobre a Facilitação de Comércio (AFC) da OMC. Uma delas, atualmente em curso, é a concepção do Portal Único de Comércio Exterior. Por meio dele, busca-se estabelecer processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Dado que o Programa Portal Único de Comércio Exterior tem por base ampla reformulação dos processos de importação e exportação, muitas das medidas previstas no art. 7º do AFC serão viabilizadas ou aprimoradas.

Outro aspecto extremamente interessante para o Brasil, como grande exportador de produtos agrícolas, é a inclusão no Acordo de um tratamento especial para produtos perecíveis, de modo a permitir sua liberação mais rápida, em relação a outras mercadorias. Com efeito, frequentes atrasos na liberação de contêineres nos portos, principalmente em países em desenvolvimento, contribuem para a deterioração desses produtos em armazenagem.

Eu estava vindo de casa para cá, há pouco, Senador Anastasia, ouvindo a audiência pública que ocorre neste momento numa das comissões permanentes da Casa e ouvi a intervenção do Senador Flexa.

Está na Casa a Ministra da Agricultura falando sobre assuntos da pasta de S. Ex^a. Em seguida, chegando ao Senado, tomei conhecimento do fatídico número 3,8% que foi a queda do PIB no ano de 2015.

Mais do que isso, Senador Flexa, a queda da indústria foi 6,8%. Quem sustentou esse PIB ainda foi o agronegócio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Foi o único que cresceu. Por conta da iniciativa e do brilho de brasileiros empresários que, apesar de tudo, das dificuldades impostas por um governo inconsequente e incompetente, foram capazes de produzir riqueza para dar, ao final, esse número que é muito ruim e não é pior por conta da agricultura. Faço essa observação a propósito dessa menção que faço constar do meu relatório relativa a transações comerciais bilaterais do Brasil com o resto do mundo no campo da agricultura, que ainda é um dos últimos trunfos que nos restam antes de trocarmos de governo.

A simplificação de procedimentos no comércio exterior tenderá a aumentar a base exportadora brasileira, com pequenas e médias empresas aventurando-se para além das fronteiras, na medida em que os custos de transação diminuirão sensivelmente. Processos alfandegários ultrapassados e descoordenados reduzem o movimento de produtos e aumentam exorbitantemente os custos. O Acordo contribui para a remoção desses entraves, com a padronização, a simplificação e a rapidez nos processos aduaneiros. Em última análise, a facilitação do comércio pode contribuir para a promoção

do desenvolvimento. Intervenções de facilitação de comércio - com melhor gestão de fronteiras e aduanas, melhoria da infraestrutura, mercados abertos e competitivos nos setores de logística e serviços e normas regimentais harmonizadas - levam ao aumento de competitividade das empresas, com melhor desempenho das exportações, mais geração de emprego e renda e maior crescimento econômico com justiça social. Esses benefícios, por seu turno, serão tão maiores e mais tangíveis quanto mais ampla e rapidamente se der a implementação do Acordo.

Ressalta-se, portanto, a relevância do Acordo como base para a execução de políticas nacionais de facilitação do comércio. Destaca-se, ainda, a necessidade de colaborar para a efetiva validade do instrumento jurídico internacional, por meio da ratificação do Acordo, de forma a promover, igualmente, políticas de facilitação em mercados relevantes para as exportações brasileiras.

Conforme anteriormente mencionado, para que o AFC entre em vigor, ele precisa ser ratificado por dois terços dos membros da OMC.

Nesse sentido se faz importante a aprovação para que o Governo brasileiro possa se manifestar e ratificar esse adendo ao Acordo da OMC.

Voto:

Com base no exposto, considerando a conveniência, oportunidade, adequação técnica, constitucionalidade e regimentalidade do Tratado em tela, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2016.

É o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Senador José Agripino, eu não poderia ter escolhido melhor Relator do que V. Ex^a para apresentar à Comissão e a todos aqueles que acompanham os nossos trabalhos essa matéria, que é árida, mas que o senhor traduziu em termos claros, simples, sintetizando todo o conteúdo desse Acordo, que é bastante amplo. Assim, pôde destrinchá-lo de uma maneira que pudesse ser compreendido por todos, enfatizando, exatamente, os seus pontos mais importantes para o interesse do Brasil.

De modo que me congratulo com V. Ex^a e coloco a matéria em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Apenas para me associar aos comentários de V. Ex^a com relação à competência do Senador como Relator da matéria. É realmente, como V. Ex^a disse, uma matéria complexa e árida...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - E ele conseguiu simplificar, esclarecendo a todos qual é a importância desse Acordo para o Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Não só deste. Ainda agora o Senador Agripino fez comentários e eu estava na Comissão de Agricultura com a Senadora Kátia Abreu. Em sua fala, a Senadora pediu que o Congresso nacional atuasse exatamente em acordos comerciais bilaterais, não só deixar por conta do Executivo. O Senador Moka perguntou a ela se teria de ser junto com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Agricultura o acordo na área do agronegócio. A emenda ao Acordo com a OMC é importante, e também agilizar o processo. Há acordos, como V. Ex^a tem dito aqui, que passam anos para que sejam aprovados, mas não é culpa do Senado, eu diria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pelo menos não da Comissão de Relações Exteriores e tampouco do Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Nem do Senado nem da Comissão. O Executivo fica cinco a seis anos para encaminhar, demora algum tempo ainda Câmara, e quando chega aqui, ao Senador, aprovamos algo que deveríamos ter aprovado, às vezes, até há uma década, Senador Agripino.

Parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço à Secretaria da Comissão que encaminhe imediatamente a matéria à Secretaria-Geral da Mesa, para que ela possa ser submetida ao Plenário ainda hoje.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) - Pela ordem, Sr. Presidente, um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) - Só para comunicar a presença, neste plenário, do Prof. Gabriel Azevedo, da Faculdade Milton Campos, e de alunos de Belo Horizonte, que vieram acompanhar a sessão. Eu queria comunicar a V. Ex^a a presença dessa delegação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Que bom! Bem-vindos.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Sr. Presidente, só para formalizar o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pois não.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a urgência.

O Senador Fernando Bezerra é relator de um requerimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Requerimento nº 104, de 2016, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Da nossa colega Lídice da Mata, não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Correto. Se V. Ex^a permitir, gostaria de fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pois não. Tem V. Ex^a a palavra.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 104, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como membro da delegação que representará o Senado Federal, da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW/ONU, em Nova York, Estados Unidos, nos dias 13 a 19 de março de 2016, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 104, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, de autorização para sua participação como representante do Senado Federal na 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, da Organização das Nações Unidas (CSW/ONU), em Nova York, nos Estados Unidos, no período de 13 a 19 de março de 2016. No mesmo requerimento, a ilustre Senadora informa que estará ausente do País no mesmo intervalo, de 13 a 19 de março do corrente ano.

II - ANÁLISE

O Requerimento tem por fundamento o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

O pedido insere-se no previsto no inciso I, do §1º, combinado com o §4º, em que o requerimento é submetido a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acolhido do ponto de vista regimental, cabe registrar que não se encontra óbice também no aspecto de mérito do requerimento. A questão da mulher é bandeira histórica do Senado Federal e seus membros têm se feito presentes em todos os eventos que marcam a luta da mulher, no Brasil ou no exterior.

Por fim, não podemos deixar de destacar que a diplomacia parlamentar vem se afirmando como um rico espaço de negociação, tanto em auxílio às equipes diplomáticas nacionais, como com papel próprio, propondo temas e engendrando soluções nas negociações entabuladas.

III - VOTO

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 104, de 2016, e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para seu processamento em plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Srs. Senadores, Srs. Convidados, vamos passar, agora, à segunda parte da reunião, que é dedicada a duas sabatinas. Nós vamos sabatar o Sr. Clemente de Lima Baena Soares, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

O Relator da matéria foi o Senador Flexa Ribeiro, que já apresentou o seu parecer e está pronto para deliberação.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronta para deliberação.

Observações:

1 - Em 18/02/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Vamos também sabatar o Embaixador Roberto Colin, que é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia. A Relatora é a Senadora Ana Amélia, que logo mais virá aqui. Ela está presidindo a Comissão de Agricultura.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 18/02/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Peço, então, aos Srs. Embaixadores que se acomodem aqui ao meu lado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Como muitos membros desta Comissão já tiveram acesso aos relatórios sobre as designações dos novos Embaixadores na Estônia e na República Dominicana, eu indagaria sobre a possibilidade de fazer a abertura da votação já desde o início da fala dos Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Os Srs. Senadores que se considerarem suficientemente instruídos para votar poderão fazê-lo desde já.

Srs. Senadores, temos aqui dois Embaixadores de escol.

O Embaixador Baena Soares é um especialista em América Latina. Ele já serviu na Argentina, no México, no Suriname e serviu na missão do Brasil junto à OEA. Nos últimos anos, chefiou o Departamento da América do Sul II, encarregado da Colômbia, do Chile, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela.

A respeito da Venezuela, desde o acirramento da crise política naquele país, o Embaixador Baena Soares foi, digamos assim, um canal; o Itamaraty serviu-se do Embaixador, da sua competência e da sua discrição para entendimentos discretos com a oposição, com o intuito de estabelecer uma ponte, uma negociação possível e procurar caminhos para a solução negociada da crise política. Ele foi quem recebeu a Sr^a Lilian Tintori e a Sr^a Mitzzy Capriles, esposas de Leopoldo López e de Antonio Ledezma, tendo sido designado para isso pelo Ministro Mauro Vieira, cuja presença aqui entre nós eu saúdo com muito calor.

E está aqui também para ser sabatinado o Embaixador Roberto Colin, catarinense de Blumenau - está presente o nosso colega Dalirio Beber, que é seu amigo de muitos anos. O Embaixador Colin tem uma ligação antiga com nosso saudoso e querido Luiz Henrique. Ele foi secretário de Luiz Henrique no seu primeiro governo, creio, e sempre manteve uma relação muito próxima com Luiz Henrique. Várias vezes, o Senador Luiz Henrique se referiu ao Embaixador Colin com muita admiração, com muito carinho e com muita amizade. Ele já serviu na Alemanha duas vezes, serviu na Rússia e escreveu uma tese sobre o fortalecimento do Estado russo com Vladimir Putin. Trabalhou duas vezes em Brasília em unidades responsáveis pelo Leste Europeu, conhece bem as questões europeias também. Desde 2012, ele é nosso representante, nosso Embaixador na República Popular Democrática da Coreia, a chamada Coreia do Norte.

Seguramente, os Senadores terão muita curiosidade também, além de indagá-lo sobre o seu próximo posto, a Estônia, a respeito da sua experiência na Coreia do Norte, uma experiência rica, porque o Brasil é o único país que tem embaixada na Coreia do Norte e na Coreia do Sul, é o único país latino-americano nessas condições, com embaixada nas duas Coreias. Então, com a palavra o Embaixador...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Presidente Aloysio, eu gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pois não!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Não faço parte da Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Mas é sempre bem-vindo.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - ... mas fiz questão de estar aqui e de dar as boas-vindas a ambos os Embaixadores, de modo especial ao Roberto Colin, que é filho da cidade de Blumenau, nascido exatamente no mesmo bairro onde nasceu Luiz Henrique da Silveira, Luiz Henrique em 1940 e nosso Embaixador em 1953.

Tive o privilégio de conviver um pouco mais estreitamente com nosso Embaixador Roberto Colin durante a estada dele no primeiro governo do nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, que foi para o Governo do Estado de Santa Catarina com a mente aberta no sentido realmente de provocar uma mudança efetiva no jeito de governar o Estado de Santa Catarina. E ele conseguiu. E uma das suas ações foi exatamente trazer para a sua equipe Roberto Colin, para dar essa dimensão muito mais larga do que apenas o Estado de Santa Catarina, que alcançasse o Brasil e tivesse tentáculos também com o exterior. E esse papel o Roberto Colin desempenhou com maestria.

Nós blumenauenses temos um grande orgulho - nós catarinenses, mas nós blumenauenses, em especial, temos um grande orgulho - de poder ter uma pessoa com esse currículo e com esse trabalho prestado em favor da Nação representando o Brasil em diversos países.

Portanto, eu estou certo de que, novamente, a missão que está sendo atribuída a ele vai ser desempenhada com muito brilho, fazendo com que os interesses do País sempre estejam sendo privilegiados.

Então, vim aqui para lhe dar um abraço e desejar que Blumenau e Santa Catarina continuem a ocupar esses espaços em nível de relações internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado pelo depoimento, Senador Beber.

O SR. ROBERTO COLIN - Muito obrigado, Senador, pela gentileza das suas palavras.

Bom dia a todos.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Aloysio Nunes; Srs. Senadores membros da Comissão, gostaria de saudar aqui V. Ex^a, Senador Dalirio Beber, como também o Embaixador Souza Gomes e colegas e amigos do Itamaraty que vieram aqui hoje me prestigiar.

Eu gostaria de dizer inicialmente o quanto me sinto honrado com a indicação do meu nome, a ser considerado por esta Comissão, para representar o Brasil na República da Estônia. Sinto-me igualmente honrado em comparecer a esta Comissão pela segunda vez. Estive aqui em 2012, quando o meu nome foi considerado e aprovado como Embaixador na República Popular Democrática da Coreia, como já foi mencionado. Naquela ocasião, foi meu Relator o saudoso Senador Luiz Henrique.

Com a sua permissão, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar o meu tributo à memória do Senador Luiz Henrique. Eu lamento profundamente a perda desse grande homem público e desse grande amigo pessoal meu.

Eu sou muito grato à Senhora Presidenta da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, pela indicação do meu nome que, caso venha a ser aprovado por V. Ex^{as}, será para mim uma grande oportunidade de realização profissional.

Eu gostaria de registrar também o meu especial agradecimento à Senadora Ana Amélia pelo relatório que elaborou para esta indicação.

A República da Estônia está localizada numa confluência entre os países bálticos, o Mar Báltico, a Escandinávia e a Rússia. O país tem 45.000km², o que equivale aproximadamente à superfície do nosso Estado do Espírito Santo.

Já na época soviética, a Estônia era considerada a República que tinha melhor qualidade de vida dentre as quinze repúblicas daquela união. Hoje a Estônia é considerada por muitos autores a mais bem-sucedida dentre as antigas repúblicas soviéticas, seja por suas credenciais democráticas, seja pelas reformas e pelos grandes avanços que conseguiu empreender na área econômica.

A Estônia cresceu em importância em meio à crise ucraniana e à mudança da situação geopolítica e geoestratégica do leste europeu. A Estônia é um exemplo de como a inovação e o desenvolvimento tecnológico permitem a pequenos países tornarem-se influentes no cenário internacional e, através do poder digital, atuar em áreas tradicionalmente reservadas aos grandes países como, por exemplo, a defesa cibernética.

Com escolhas acertadas, a Estônia tem conseguido competir com países muito maiores que ela, tanto na área econômica, militar e política.

Nos últimos anos, o conceito tradicional de poder mudou. Se, antes, ele era definido por valores nominais como o tamanho da população ou território, hoje, o poder digital permite que pequenos países, como é o caso da Estônia, fortaleçam suas posições frente aos grandes países mediante a inovação e a especialização em certos nichos científicos e tecnológicos.

A Estônia projeta sua identidade internacional como país báltico, nórdico, europeu e ocidental.

A Estônia tem empreendido, sobretudo na última década - o país é independente desde 1991 -, uma redefinição da sua identidade em nível regional.

Se, tradicionalmente, ela era considerada um país báltico, como também a Letônia e a Lituânia, por suas experiências históricas desde a Idade Média, pelo fato de terem sido anexadas, em 1940, pela União Soviética, hoje a Estônia procura se afirmar muito mais como uma sociedade nórdica, tendo em vista sua maior identificação cultural com os países nórdicos.

As autoridades estonianas afirmam que o avanço tecnológico do país, que o país tem alcançado nos últimos anos, a identificam muito mais com os países ao norte do que com os países ao sul.

Ao longo dos últimos 25 anos, a Estônia, a Letônia e a Lituânia passaram por profundas reformas políticas e econômicas e são hoje democracias liberais e economias de mercado dinâmicas que se identificam profundamente com o Ocidente. Esses países enfrentaram e venceram o desafio de passar da União Soviética para a União Europeia.

Eu gostaria de lhes falar um pouco sobre a história da Estônia.

O espaço geográfico hoje ocupado pela Estônia corresponde a um dos assentamentos humanos mais antigos da Europa. Alguns autores o consideram o mais antigo. Uns falam em cinco mil anos, outros, em nove mil anos.

Os estonianos falam a língua fino-úgrica, muito parecida com o finlandês e mais distante do húngaro. Então, do ponto de vista linguístico, a Estônia é uma das exceções da Europa, um dos poucos países onde não se fala uma língua indoeuropeia.

A história do povo estoniano é marcada por sucessões de invasões e ocupações, o que deixou uma marca profunda no próprio caráter nacional estoniano. Está presente na Estônia uma sensação permanente de ameaça, até porque ela tem como vizinho o maior país do mundo, que já os ocupou em mais de uma ocasião.

A Estônia foi o último reduto pagão da Europa. Isso justificou a ida dos Cavaleiros da Ordem Teutônica, uma ordem cruzada, à Estônia no século XIII.

Também os dinamarqueses ocuparam a Estônia naquele período.

Mais adiante, os Cavaleiros da Ordem Teutônica tomaram todo o país.

Eu menciono isso porque os Cavaleiros da Ordem Teutônica levaram consigo para a Estônia, assim como para a Letônia, não apenas os soldados monges, mas também a aristocracia, mercadores e burgueses alemães, porque essa ordem era alemã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO COLIN - E o povo como camponês.

Durante 700 anos, foi uma elite alemã essa elite trazida pelos Cavaleiros da Ordem Teutônica. Mesmo nos períodos em que a Estônia esteve sob domínio sueco - isto aconteceu em algum momento - e 200 anos sob domínio do Império Russo, antes de se tornar independente, em 1918, a elite, mesmo não sendo elite política, a elite social e econômica da Estônia foi sempre a elite de origem alemã, que só deixou o país em 1940, depois do Pacto Molotov-Ribbentrop. A Alemanha nazista não queria dificuldades, não queria problemas com a União Soviética com a presença dessa minoria alemã. Foi nesse momento que eles foram repatriados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Depois de 700 anos.

O SR. ROBERTO COLIN - Setecentos anos de presença.

Isto se nota na cultura de uma maneira geral, na arquitetura, essa presença alemã histórica é muito presente. Hoje praticamente não há mais descendentes de alemães lá, como não há mais judeus, que foram exterminados nos três países bálticos. Na Estônia, havia poucos judeus, mas na Lituânia havia um grande contingente, que foi exterminado.

Voltando um pouco agora, o que acontece é que a Estônia foi ocupada por um período no século XXVI pela Suécia, mas, mesmo naquele período, a elite alemã continuava sendo a elite social e econômica. Nos 200 anos em que a Estônia fez parte do Império Russo, foi a mesma coisa, os alemães continuaram sendo a elite.

Na segunda metade do século XIX, observa-se o despertar da identidade nacional estoniana. Inicialmente, apenas na área cultural. Eles nem sonhavam em um dia poderem ser um país independente sendo parte do Império Russo. Mas essa janela de oportunidade histórica surgiu com a Revolução de 1917 e a subsequente guerra civil, que enfraqueceu grandemente a União Soviética e a Estônia. A exemplo da Letônia e a Lituânia, viram ali a oportunidade de proclamar a sua independência, o que aconteceu em 1918.

Esses três países bálticos foram independentes durante cerca de 20 anos, mas tudo terminou em 1940 quando foram anexados pela União Soviética como consequência do Pacto Molotov-Ribbentrop.

Essa anexação não ocorreu de forma simples, não foi simplesmente uma invasão. Os russos influenciaram parte das elites locais e deram assim um aspecto de legalidade a essa incorporação. No caso da Estônia, foi criada por influência, a União Soviética manipulou parte da classe política estoniana e criaram uma tal de República Socialista da Estônia. Esse foi o primeiro passo para posterior incorporação.

Do ponto de vista formal, a Estônia, como também os outros países bálticos, solicitou voluntariamente e espontaneamente, a sua incorporação à União Soviética e, naturalmente, foi prontamente aceita. Mas é claro que, desde aquela época, se sabia que isso foi uma grande farsa e que ia contra a vontade do povo estoniano, como dos outros povos bálticos também.

Foram 50 anos de ocupação, a página mais trágica da história da Estônia, marcada por deportações, execuções e repressões de todo tipo. E mais do que isso, a União Soviética tentou - pelo menos essa é a interpretação de muitos historiadores estonianos - fazer uma limpeza étnica, porque, a partir de 1940, mandaram para lá milhares de pessoas, supostamente para trabalhar nas fábricas que foram abertas lá, mas acredita-se que havia ali um objetivo de sufocar o nacionalismo estoniano.

O resultado disso foi que, nos anos 30, 10% da população da Estônia não era estoniana, era russa basicamente. Nos anos 80, mais de 40% da população da Estônia era russa ou pelo menos não estoniana.

A Estônia e os demais países bálticos nunca se conformaram com essa situação, com a anexação e com a ocupação, e tentaram de todas as formas reagir a isso. Possibilidade concreta de mudar esse quadro só aconteceu com a Perestroika, a partir de 1985. Num ato corajoso, a Estônia proclamou, inicialmente, em 1988 ainda - a União Soviética terminou em 1991 - a sua soberania. No ano seguinte, proclamou a sua independência econômica. Também no ano seguinte, 1989, proclamou que o estoniano seria a língua oficial do país e não o russo. Tudo isso desafiando o poder central em Moscou. Mais adiante, eles proclamaram a independência, aproveitando o golpe de Estado que tentou derrubar Gorbachev em agosto de 1991, aproveitando essa janela histórica, tal como tinham aproveitado em 1918, com a Revolução Russa e a guerra civil.

A Estônia é um participante muito ativo da Otan, porque tanto do ponto de vista da Estônia como dos demais países bálticos e tendo em vista a sua história não tão distante, eles veem na Otan a única forma de se preservarem ou de se protegerem contra uma eventual ação russa

Também o ingresso na União Europeia foi, para a Estônia, uma forma de ter acesso aos ricos mercados da Europa Ocidental. Mais do que isso, esse ingresso na União Europeia permitiu também que a Estônia pudesse empreender reformas econômicas e políticas e profundas que eram exigidas pela União Europeia para o seu acesso.

Tal como os outros países bálticos, essa chamada guinada da Estônia para o Ocidente contém, então, estes dois elementos: um, o da segurança, garantida pela Otan, e outro, o do acesso aos mercados europeus, que também compensa o pequeno mercado. A Estônia é um país com 1,3 milhão de habitantes, é um pequeno mercado, mas pelo fato de fazer parte da União Europeia, ela, dessa forma, amplia grandemente o seu mercado.

A Estônia é uma república parlamentarista unilateral. O presidente é nomeado pelo parlamento, tem um mandato de cinco anos. Aliás, este ano haverá eleições parlamentares na Estônia e o presidente vai concluir o seu segundo mandato de cinco anos, vai ser eleito o novo presidente.

O governo é muito jovem. O primeiro-ministro, que é indicado pelo presidente, tem 36 anos e já exerce esse cargo há dois anos, quer dizer, ele começou com 34 anos. A ministra do exterior também tem menos de 40 anos. Então, é um país muito jovem.

No plano político interno, o que eu gostaria de comentar é que também, na Estônia, ocorre um fenômeno que está ocorrendo em vários países da Europa Ocidental, ou seja, o fortalecimento da direita, ou pelo menos dos nacionalistas. Isso pode ter alguma influência na política interna estoniana, porque desde a sua independência, em 91, um dos grandes desafios políticos, sociais e até de segurança nacional da Estônia tem sido a integração da minoria russa, que não é tão minoritária assim, porque é 30% da população.

Vejam, na Ucrânia, onde houve todo esse problema com as minorias russas, mesmo quando a Crimeia fazia parte, 17% da população da Ucrânia era russa; na Estônia, 30%. No entanto, o tipo de atitude que essa minoria russa tem tido na Estônia difere muito daquela da minoria russa na Ucrânia. Nunca houve nenhuma tentativa de secessão ou qualquer coisa desse tipo. O único momento em que houve alguma forma de violência foi em 2007. Eu menciono o fato porque houve outras consequências. Em 2007, foi removido do centro de Tallinn um monumento ao soldado soviético. Para os estonianos, esse monumento representava a opressão de 50 anos. Para a minoria russa, esse monumento representava o sofrimento do povo soviético, representava os 20 milhões de russos ou soviéticos que morreram na Segunda Guerra Mundial. Então, houve cenas de violência, mas esse é o único caso em que se registrou esse tipo de fato.

Na verdade, a minoria russa na Estônia não se organiza politicamente. Na Letônia, eles se identificam com alguns partidos políticos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) - Só um detalhe: quando o senhor fala "minorias russas", são descendentes de russos?

O SR. ROBERTO COLIN - Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) - Puro russo?

O SR. ROBERTO COLIN - Senador, eles são basicamente de fala russa. São falantes de russo, na sua maioria são de etnia russa, mas há também ucranianos e bielorrussos, que também utilizam a língua russa como língua materna.

Ainda relacionado à sua pergunta, Senador, quando a Estônia se tornou independente pela segunda vez, em 1991, naquele momento mais de 40% da população tinha esse *background* russo ou eram de língua russa. Muitos deles foram logo embora porque diziam que se sentiam estrangeiros e discriminados em seu próprio país. Naquele momento, falando agora

da minoria russa, um terço daquela minoria tinha a cidadania estoniana, um terço tinha cidadania russa e um terço era apátrida. E continuaram apátridas por muito tempo, o que mereceu, o que valeu muitas críticas por parte da Rússia e da própria União Europeia.

Porque quando a Estônia e também a Letônia se tornaram independentes, em 91, eles não concederam a cidadania estoniana automaticamente para essa minoria russa, só numa condição: àqueles que já tivessem vivido antes da anexação, ou seja, nos anos 20, quando da primeira independência. Todos os russos ou descendentes de russos ou soviéticos que tivessem chegado à Estônia depois de 1940, para obter a cidadania estoniana, teriam que se submeter a alguns testes, sobretudo um teste linguístico extremamente difícil, porque a língua estoniana é uma língua extremamente difícil, não é uma língua indo-europeia, tem uma estrutura completamente diferente. Isso causou algum ressentimento na minoria russa. Houve pressão da Rússia e da União Europeia, e agora essa legislação foi mudada. A partir de agora, na Estônia, todas as crianças, mesmo que filhas de pais russos que não tenham cidadania estoniana, são reconhecidas e automaticamente têm a cidadania.

Também, embora continuem a existir escolas russas na Estônia, todas as crianças obviamente têm que aprender o estoniano já desde a escola primária. Então, eu acho que o problema de algum modo está sendo resolvido, mas não inteiramente, porque a minoria russa na Estônia - e na Letônia é parecido - vive em mundos completamente à parte. São dois mundos diferentes numa mesma sociedade. Mesmo que esses russos não pretendam voltar à Rússia, como eu dizia, não há nenhum movimento secessionista, a ligação deles com a Rússia é muito mais cultural. Eles se sentem estonianos e pretendem ficar na Estônia, mas são dois mundos à parte, inclusive com mídias à parte e tudo mais.

Quando houve esse problema na Ucrânia recentemente, tanto na Lituânia como na Letônia, certos canais de televisão russa foram proibidos de transmitir, quer dizer, foi cortada a transmissão para lá. Na Estônia, pretendiam fazer a mesma coisa. O Presidente interveio. Esses canais russos eram acusados de serem parciais, de mostrarem uma história diferente daquela, enfim, que era contada pelo Ocidente. O Presidente da Estônia interveio e disse: "Eu sou a favor da liberdade de imprensa e quero, sim, que todas as opiniões cheguem ao povo estoniano." Então, isso mostra que a Estônia tem realmente todas as credenciais democráticas, é um país realmente democrático e liberal.

Eu dizia, há pouco, que há uma tendência que se verifica em outros países da Europa de fortalecimento da direita dos partidos nacionalistas, e talvez isso tenha consequência nas próximas eleições. Do ponto de vista dos nacionalistas estonianos, a presença da minoria russa é uma lembrança palpável dessa dominação de 50 anos. Também do ponto de vista dos nacionalistas estonianos, a presença da minoria russa é um embaraço a um projeto que eles têm de um Estado-nação linguística e culturalmente homogêneo.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a economia. A Estônia tem um PIB de US\$26 bilhões, e o PIB *per capita* ultrapassa um pouco os US\$20 mil. É algo razoável, mas é um pouco abaixo do padrão europeu de uma maneira geral.

Quando a Estônia fez parte do Império Russo no século XIX, séculos XVIII e XIX, São Petersburgo já tinha ensaiado alguns experimentos sociais e econômicos ali, como teste. Por exemplo, a servidão foi abolida na Estônia em 1816, e na Rússia propriamente dita, só em 1861, muito mais tarde. Eles queriam ver, não queriam fazer uma reforma em nível nacional, faziam parcialmente. Também o poder soviético fez algo semelhante: nos anos 60, a Estônia tinha já uma economia muito mais descentralizada do que as outras repúblicas soviéticas. E também o próprio perfil da economia estoniana era muito diferente das outras: na Estônia, foi dada uma forte atenção à produção de bens de consumo, que foi um dos grandes gargalos nas outras repúblicas soviéticas.

A administração econômica da Estônia é considerada eficiente pelos padrões da União Europeia.

A Estônia, apesar dos seus esforços, nesses 25 anos, de se distanciar o máximo possível da Rússia em termos culturais, econômicos e políticos, de qualquer maneira - sendo a Rússia um vizinho tão gigantesco, de algum modo, é incontornável -, ainda depende grandemente da Rússia em recursos energéticos, ela importa gás da Rússia.

Também a Rússia tem sido tradicionalmente um mercado para produtos agrícolas e de alimentos da Estônia. Na parte de serviços, também, a Estônia recebe um número importante de turistas russos.

Ocorre que, com a crise na Ucrânia e as sanções que a União Europeia impôs à Rússia, a Rússia reagiu a isso e deixou de importar muitos produtos tradicionais da Estônia. Isso acabou tendo um impacto muito forte na economia estoniana. No entanto, o governo da Estônia insiste que essas sanções devam ser mantidas e que não sejam flexibilizadas, mesmo que ela esteja pagando um preço bastante alto por isso.

A Estônia não tem muitos recursos naturais, tem basicamente o xisto betuminoso, que é um recurso importante, mas é altamente poluente, então não tem sido usado como um recurso importante. Por esta razão, é compreensível que a economia da Estônia tenha se concentrado muito mais na área de serviços. Aqui se destacam a logística, o turismo, a hotelaria e, principalmente - eu vou falar um pouco mais sobre isso -, a tecnologia da informação.

Ao investir pesadamente na tecnologia da informação e de comunicações, a Estônia desenvolveu uma vantagem comparativa muito importante nas suas relações com outros países, que compensa a sua pequena população e pequena extensão geográfica.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO COLIN - A Estônia, hoje - aliás, é o país onde o skype foi desenvolvido por três cientistas estonianos -, é considerada um dos países mais avançados do mundo em tecnologia da informação. Eles têm uma identidade digital. No ano passado, 99% das operações bancárias foram *on-line*. Eles têm eleição, votação *on-line*.

Eles criaram também a cidadania digital. Qualquer pessoa pode se tornar um cidadão digital da Estônia. Isso facilita operações de comércio, a criação de uma empresa. Então, eles são muito avançados nessa área. Isto torna o país um parceiro desejável para nós.

Nos últimos anos, várias delegações, inclusive duas da Câmara dos Deputados, uma da Comissão de Orçamento e outra da Comissão de Ciência e Tecnologia, visitaram a Estônia justamente com o objetivo de conhecer esse governo digital que se desenvolveu tanto naquele país.

Também alguns Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul, o Paraná e Pernambuco também já mandaram delegações para fazer prospecção de oportunidades de cooperação com a Estônia. Recentemente, eu identifiquei em Santa Catarina também interesse em organizar uma visita à Estônia. Aliás, já era decisão, e não apenas um interesse. Isso incluiria a Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), uma universidade e o Senai, que já estão interessados.

Assim, caso eu conte com a aprovação de V. Ex^{as}, um dos meus primeiros trabalhos ao chegar a Tallinn será organizar a visita dessa delegação catarinense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Obrigado, Embaixador.

Nós vamos agora ouvir o Embaixador Baena Soares, que foi indicado para nos representar na República Dominicana.

V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - Muito bom dia, Sr. Presidente. Em seu nome, eu cumprimento os Srs. Senadores aqui presentes, que integram esta Comissão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Senhora Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por terem submetido ao Senado Federal o meu nome para ocupar, caso mereça a aprovação desta Comissão e posteriormente do Plenário do Senado Federal, a posição de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Dominicana.

Agradeço muito especialmente ao Senador Flexa Ribeiro pelo relatório apresentado e os comentários ali feitos.

Para mim, é um grande prazer estar de volta a esta comissão - não na qualidade de uma segunda sabatina, mas durante quatro anos da minha carreira eu tive o privilégio de trabalhar na assessoria parlamentar do Itamaraty, sob a chefia do Embaixador Souza Gomes, aqui presente, e do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

Sr. Presidente, esse período foi tão interessante e rico que eu decidi escrever uma tese - o que nós somos obrigados a fazer para a promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe - sobre o processo legislativo e a aprovação dos tratados internacionais. De modo que é sempre um prazer estar de volta ao convívio dos Parlamentares brasileiros.

Sr. Presidente, minha intenção é fazer uma exposição muito breve sobre a evolução do recente quadro político, econômico, comercial da República Dominicana e suas relações com o Brasil que, de certo modo, estão detalhadas no relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Ao final, apresentarei, em linhas muito gerais, o programa de trabalho que pretendo desenvolver caso o meu nome seja aqui aprovado.

A República Dominicana, como está no mapa, ocupa dois terços da Ilha de Hispaniola. Divide a ilha com o Haiti, país com o qual tem uma relação complexa e uma fronteira terrestre com extensão aproximada de 370km. Essa região de fronteira configura foco permanente de tensão entre os dois países, principalmente pela forte pressão migratória haitiana.

O país possui uma superfície de cerca de 49 mil quilômetros quadrados - um pouco maior que o Espírito Santo, que tem 46, e o Estado do Rio de Janeiro, com 43 -, com uma população de 10,2 milhões de habitantes. Voltando ao tema do Haiti, a título comparativo, o Haiti tem um território de 27,8 mil quilômetros quadrados, com uma população muito similar à da República Dominicana, de cerca de 10 milhões - daí uma forte pressão demográfica.

A República Dominicana tem um PIB de 66,2 bilhões - dados de 2015 -, o que a torna a maior economia de toda a América Central e do Caribe, superando, inclusive, parceiros tradicionais do Brasil na América do Sul, como o Paraguai, que tem um PIB de 30,7 bilhões, e o Uruguai, que tem 56,8 bilhões.

Segundo o FMI, o crescimento da produção em 2014 foi o mais alto de toda a América Latina e Caribe, atingindo cerca de 7,3%, marcadamente superior à média da região, de 1,3%.

Sr. Presidente, quando eu comecei a estudar a República Dominicana e o Caribe em geral, esses números me surpreenderam, inclusive pelo alto valor do PIB em comparação com dois países aqui da América do Sul. Nos nove primeiros meses de 2015...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Maior que o Paraguai e maior também que o Uruguai.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - Isso também me surpreendeu na leitura mais atenta de todos os dados econômicos da República Dominicana.

Em 2015, a economia cresceu à taxa anual de 6,7%; e com uma inflação muito baixa, de cerca de 1% ao ano. O setor de serviços, com destaque para o turismo - o país recebe cerca de seis milhões de turistas ao ano -, corresponde a mais de dois terços da economia dominicana.

São importantes, também, as remessas de dominicanos residentes no exterior, principalmente originárias dos Estados Unidos, estimadas pelo Banco Mundial em cerca de US\$5,2 bilhões. Também a título de curiosidade, há cerca de um milhão de dominicanos vivendo na cidade de Nova York.

Mesmo com esses índices favoráveis, a República Dominicana sofre - isso já é histórico - com o precário fornecimento de energia elétrica, situação que deve ser amenizada, deve melhorar quando estiverem finalizadas as usinas hidrelétricas e termelétricas em construção. A República Dominicana é tradicional produtora de açúcar, café, cacau e tabaco. Os principais destinos de exportação são Estados Unidos, Haiti e Canadá. Importa principalmente dos Estados Unidos, China e México.

A história da República Dominicana é uma história muito sofrida. A República Dominicana foi invadida e ocupada por tropas haitianas no período de 1822 a 1844 - portanto, 22 anos - e a independência do País é comemorada com a retirada das tropas haitianas de território dominicano, isso recentemente, no dia 27 de fevereiro. Também foi ocupada e invadida por tropas norte-americanas no período de 1916 a 1924. De 1924 a 1930, durante seis anos, os norte-americanos ocuparam a alfândega para que fosse recebido o empréstimo dado à República dominicana. Então, durante seis anos havia funcionários norte-americanos ocupando a alfândega dominicana, para que fosse possível receber o empréstimo dado à República Dominicana, isso durante o período do General Rafael Leónidas Trujillo, que de 1930 a 1961 governou de uma maneira muito violenta, brutal mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Injustiçado pela oposição.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - E esse período...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Acabou de lembrar o Senador Anastasia que há um belíssimo livro do Vargas Llosa, *A Festa do Bode*, que relata o episódio da execução desse indivíduo por opositores e, depois, a repressão brutal que chegou até o sobrinho. É um livro magnífico *A Festa do Bode*.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - Justamente eu ia mencionar que é do Vargas Llosa, é um excelente livro. Aliás, comecei a estudar a República Dominicana por esse livro.

Houve também, em 1963, seguindo justamente o período do Trujillo, o golpe militar contra o Presidente eleito, Juan Bosch, o que provocou guerra civil em cujo contexto ocorreu a intervenção militar da Força Interamericana de Paz em 1965, com a participação brasileira.

Mesmo com esses antecedentes tem sido intenso o esforço de desenvolvimento e estabilização política do país. O regime é presidencialista e o legislativo, bicameral. O Senado é composto por 32 membros e a Câmara por 183, que representam 31 províncias e um distrito federal. Os governadores são nomeados diretamente pelo presidente, sendo eleitos por voto popular os prefeitos municipais, deputados, senadores e o próprio presidente. As próximas eleições estão marcadas para o próximo dia 15 de maio deste ano. São eleições gerais para presidente, vice-presidente, deputados, senadores, prefeitos e outras funções eletivas, em um total de mais de quatro mil cargos. A República Dominicana tem 27 partidos políticos registrados, os dois principais são o Partido da Liberação Dominicana (PLD), do atual Presidente Danilo Medina, e o Partido Revolucionário Democrático (PRD).

O principal candidato da oposição é Luis Abinader, do Partido Revolucionário Moderno, candidato da aliança do PRD e do PRM. O Presidente Medina desfruta atualmente de índices de aprovação entre 85% a 90%. Segundo pesquisa mais recente realizada, se não me engano, de 12 a 18 de fevereiro, a intenção de votos do Presidente Medina está em cerca de 55% contra 34% do candidato da oposição, Abinader.

Com relação à política externa da República Dominicana, a imagem do país sofre desgaste devido à decisão do seu tribunal constitucional, de 2013, que denegou nacionalidade aos filhos de imigrantes em situação irregular nascidos entre 1929 a 2010. A medida atinge principalmente a comunidade haitiana, calculada em cerca de 500 mil em 2012. Críticas da comunidade internacional, especialmente dos países caribenhos, fez com que o governo do Presidente Danilo Medina lançasse, em 2014, plano de regularização aos afetados por essa decisão. Embora cerca de 250 mil descendentes tenham aderido até o momento, teme-se uma deportação em massa de haitianos não inscritos, o que poderá, inclusive, ter impacto no Brasil.

A República Dominicana tem procurado, digamos assim, desconstruir essa imagem negativa na região em decorrência da questão migratória haitiana. Essa nova postura dominicana fica evidente com a escolha do país para a presidência da Celac durante este ano e como sede da próxima assembleia geral da OEA em junho próximo. Então, há uma tentativa de um rompimento, digamos, desse cerco, dessa má vontade dos demais países caribenhos anglo-afros com relação à República Dominicana.

Com relação ao Brasil, o Presidente Danilo Medina estabeleceu, desde a fase inicial de sua candidatura à presidência, relação muito próxima com o Brasil. Desde 2003, uma série de visitas de alto nível tem repetido o adensamento do relacionamento bilateral. A última delas foi em junho de 2015, com a visita do Ministro Mauro Vieira a Santo Domingo. O Brasil tem sido considerado como referência para a formulação de políticas de inclusão social.

Com relação ao comércio bilateral com o Brasil, o comércio total chegou a cerca de US\$380 milhões, com um desequilíbrio muito grande: o Brasil exportando US\$358 milhões e importando cerca de só US\$22 milhões.

Diversas empresas brasileiras atuam no mercado dominicano, tanto no setor industrial, como no de serviços. A Ambev, com investimentos da ordem de US\$2 bilhões, detém as maiores marcas de cerveja do país; a Gerdau produz laminados metálicos; e a Paquetá, empresa daqui que exporta calçados, produz calçados naquele país. No setor de serviços, as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão têm tradicional atuação do país, tendo sido responsáveis pela construção de hidrelétricas, termelétricas, represas, rodovias e outros projetos.

Com relação a financiamento brasileiro para o governo dominicano, os empréstimos do BNDES financiam alguns dos principais projetos em execução no país. Depois de equacionada a dívida com a Venezuela por conta do fornecimento de petróleo, isso no contexto da Petrocaribe - a dívida da República Dominicana com a Venezuela era cerca de 4 bilhões, houve uma renegociação, e foi possível à República Dominicana pagar somente a metade dessa dívida e equacionar esse débito com a Venezuela -, o Brasil passa a ser o principal credor internacional da República Dominicana, com cerca de 3,3 bilhões de crédito do BNDES, concedido desde 2003.

Em especial, os financiamentos direcionam-se para o aumento da geração de energia - quase 50% do total -, que são fundamentais para que o governo possa negociar em melhores condições, e ainda neste ano, com os operadores de energia, cujos contratos atuais são amplamente desfavoráveis ao governo do Presidente Medina. Créditos brasileiros também viabilizaram obras rodoviárias de acesso a projetos no setor de turismo, principal motor da economia dominicana. Em especial, há a estrada de Santo Domingo a Punta Cana.

Bom, como considerações finais, Sr. Presidente, e caso consiga a aprovação desta Comissão, além de reforçar e adensar a presença brasileira nas áreas de cooperação educacional, cultural, comercial e política, vejo a necessidade de reconsiderar a visão brasileira do Caribe.

O Brasil é concebido geopoliticamente como um Estado atlântico, latino, continental e amazônico, mas não valorizamos a nossa dimensão caribenha. Essa não é uma ideia nova. O último embaixador do Brasil na República Dominicana, o Embaixador José Marcus Vinícius de Souza, defende em amplo estudo a tese do Brasil como um país caribenho. O estudo, entre outros dados e considerações, dá conta de que a Bacia do Caribe é definida por um paralelo localizado entre Miami e Belém do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Belém é o centro do mundo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - E V. Ex^a é o centro de Belém. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Logo, é o centro do mundo. *(Risos.)*

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - Bom, dessa forma, nós recebemos uma influência muito grande do Caribe e podemos influenciá-lo, em especial nos aspectos geográfico e cultural. A possibilidade de uma integração em diversas áreas, entre os Estados do Norte do Brasil e os países do Caribe, tendo como plataforma a República Dominicana, é o objetivo que pretendo avançar nas atividades da Embaixada desde que, é claro, aqui aprovado.

Sr. Presidente, eu não quero me alongar mais. Fico à disposição para qualquer questão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Pois não. Muito obrigado.

V. Ex^a se referiu a esse episódio de 1965, da intervenção norte-americana com a participação de tropas brasileiras. Isso, para mim, despertou uma imagem de pesadelo, que foi receber a incumbência, junto com outros colegas, membros, como eu, de um partido que na época não tinha existência legal, de sair pichando muros - pichando mesmo, porque era com piche, não era com *spray*. O *spray*, hoje, é mais fácil. Era piche, com a seguinte palavra de ordem: "Imperialistas ianques, tirem as patas da República Dominicana". Aí disseram assim: "Não dá para fazer um negócio um pouquinho mais curto? Porque a polícia pode chegar antes de terminar". Não teve jeito. "Imperialistas ianques, tirem as patas da República Dominicana". Mandaram pichar isso tudo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) - Não pegaram V. Ex^a em flagrante?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Não, não. Felizmente, não.

Muito bem. Muito obrigado, Embaixador.

O Senador Lasier Martins é o primeiro inscrito.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Eu acho que, para começar, poderíamos ficar um pouquinho mais na República Dominicana.

É muito curiosa essa situação, Embaixador Baena Soares, que, numa mesma ilha, que é pequena, um país seja tão pobre, como o Haiti, e o outro tão próspero, onde haveria a mesma atração turística, porque a República Dominicana tem algumas das praias mais bonitas do mundo, e V. Ex^a disse há pouco que dois terços se devem ao turismo. Então, por que não acontece coisa aparecida, se o mar é o mesmo e as praias são quase iguais? Punta Cana é uma atração mundial. A Europa toda vai para lá em determinadas épocas. Então, eu gostaria de ouvir a sua interpretação.

E o senhor tem uma descendência marcante, pois o seu pai foi um orgulho do Itamaraty. E, quando na OEA, ele teve muita participação, com relação à união da América. E nós vemos, atualmente, a Venezuela tão distante daquilo que nós precisamos... Então, eu arrisco lhe pedir um depoimento, embora seja um outro país. O senhor não está indo para a Venezuela. O senhor está indo para a República Dominicana. Como o senhor encara isso, ainda mais agora que são indicados, aliás, que o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela limita os poderes do Parlamento, que agora tem maioria oposicionista?

O senhor conhece o problema. O seu pai teve uma participação muito grande, quando foi da OEA. Eu lhe peço para arriscar um posicionamento com relação a essa situação na Venezuela. Quando pensamos que a coisa vai melhorar, há essa interferência do Supremo Tribunal de Justiça, o que tem gerado protestos violentos, principalmente dos estudantes, com relação a essa posição do Governo.

Então, eu lhe deixo duas perguntas.

Como entender que, numa mesma ilha pequena, de um lado, há 10 milhões de habitantes... No Haiti, por sinal, a migração é muito intensa. O Rio Grande do Sul recebeu quase 2 mil haitianos, sendo que quase metade agora foi embora, porque os haitianos que foram para o Rio Grande do Sul se decepcionaram com a falta de recurso. Para juntar os dólares que mandariam para os familiares que ficaram lá, precisariam de muitos reais. Então, numa metade tão pobre, há 10 milhões de habitantes e, do outro lado, na outra metade tão próspera, mais 10 milhões. Como V. Ex^a está indo para lá, ajude-nos a entender isso.

Gostaria também de ouvir uma opinião sua sobre a situação na Venezuela. Quando se pensa que a coisa vai melhorar, a ditadura prossegue, há intervenção no Judiciário etc.

Com relação à Estônia, faço uma pergunta ao Senador Roberto Colin, que fez um relato bastante amplo, bastante profundo e muito interessante de um país pequeno, do tamanho do Espírito Santo - se não estou enganado -, do nosso Senador Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) - Pequeno em tamanho...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim, eu sei. Pequeno em tamanho, mas rico. Aliás, em riqueza, acho que até são similares o Espírito Santo e a Estônia, talvez com a diferença do avanço tecnológico, visto que o senhor disse que é um dos países mais avançados...

(*Soa a campanha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - ... em tecnologia da informação, inclusive é o país que descobriu o Skype.

De que modo nós podemos retirar alguma lição? Em duas décadas, sei que recuperou todos os atrasos que tinha com vínculo à União Soviética e deve isso muito às políticas de austeridade, que é o que precisamos no Brasil, e não se consegue obter.

V. Ex^a vai para lá agora e vai ver de perto como fizeram. Será que, de alguma maneira, poderemos retirar essa lição para cá, onde estamos tão atrasados, com déficits "trilionários"?

Então, eu gostaria de ouvir também a sua interpretação com relação a essa economia tão próspera que vive o pequeno país para onde V. Ex^a está indo.

São as minhas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) - Muito obrigado, Senador Lasier, nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Cumprimento-o pela qualidade da intervenção feita.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone.*) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) - Passo a palavra àquele que é o centro do universo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Não sou o centro do universo; Belém é que o é, o Estado do Pará. Isso vai ser reconhecido nas futuras gerações, daqui a 50, 100 anos, não tenho dúvida.

Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, quero saudar ambos, em especial o Senador Clemente Baena Soares, que concorda comigo com o fato de Belém ser o centro do mundo.

O Embaixador João Clemente Baena Soares, genitor do Embaixador Clemente Baena Soares, nasceu no Pará, é paraense. Então, quando foi Secretário-Geral, competente, da Organização dos Estados Americanos, ele transformou Belém - foi aí que a cidade começou a ser o centro do mundo. A última reunião da OEA que ele presidiu levou para Belém. Então, Belém passou, a partir daí, a ser o centro do mundo e não perdeu mais essa posição, essa qualidade.

Os relatórios tanto do Embaixador Baena quanto do Embaixador Roberto Colin já nos dão segurança, pela competência e pelo currículo deles, de que vão representar muito bem o nosso País tanto na República Dominicana quanto na Estônia.

Eu tenho certeza de que serão aprovados aqui por unanimidade e, no plenário do Senado, não, porque há sempre três ou quatro que sempre votam em contrário. Às vezes, quando mandam um Embaixador lá para um país... Eu digo que aí é esse amigo do indicado, porque ele não quer que ele vá para lá.

Embaixador Baena Soares, V. Ex^a teve a sua vida na área diplomática muito ligada à questão da América Latina e percorreu com bastante profundidade sobre aquilo que todos nós iríamos perguntar. Eu, por exemplo, não tenho nenhum questionamento com relação à sua competência, à sua capacidade. Com relação a isso, eu acho que não há necessidade. Eu queria ter algumas informações sobre a relação da República Dominicana com o Brasil - e da Estônia com o Brasil -, mas V. Ex^a já respondeu. Por exemplo, eu gostaria de saber qual o valor dos financiamentos concedidos pelo Brasil à República Dominicana, em quais setores, a quais empresas, e V. Ex^a já se antecipou dizendo que são três bilhões e alguma coisa de dólares, Senador Anastasia, para as mesmas, Senador Ricardo - e parece que, coincidentemente, de 2003 para cá. Então, há uma convergência que indica para tudo aquilo que está sendo mostrado aos brasileiros agora. V. Ex^a colocou que, lá atrás, numa dívida da República Dominicana com a Venezuela, de 4 bilhões, Venezuela teve que fazer um acordo - e pagaram só a metade. Eu já fiquei preocupado e eu gostaria de ter a sua opinião com relação a isso. V. Ex^a, como Embaixador, vai ter o cuidado lá de defender os interesses dos brasileiros, porque o dinheiro que foi emprestado para lá é dinheiro dos brasileiros. De vez em quando, o Executivo encaminha ao Congresso projetos anistando dívidas, em especial de países africanos com regimes ditatoriais, para que os recursos que para lá foram fossem anistiados.

É verdade que dois terços da economia dominicana são do turismo. Os dados que eu tenho aqui mostram que o comércio bilateral com o Brasil avançou até 2014, mas, depois, ele teve um declínio da ordem de 21,2%. E o declínio foi maior que todo o avanço que foi conseguido. Então, quais seriam as ações que V. Ex^a, como Embaixador do Brasil lá, poderia incrementar para que pudéssemos aumentar a participação na relação do comércio bilateral entre o Brasil e a República Dominicana?

Somos superavitários na balança comercial, mas esse superávit vem caindo ao longo do tempo e é muito pequeno em relação à possibilidade que o Brasil tem não só, como V. Ex^a bem colocou, na República Dominicana, mas no Caribe como um todo.

Então, quero desejar sucesso, que Deus abençoe e que nós possamos ter mais estreita essa relação, tanto comercial, como cultural, entre a República Dominicana e o Brasil.

É lamentável que, na campanha da reeleição do Presidente Medina, o seu marqueteiro tenha sido preso exatamente no meio da campanha e seja o mesmo marqueteiro que fez as campanhas todas de 2003 para cá. Há, Senador Aloysio, uma coincidência incrível em tudo. Em tudo! Não sei como está lá... Acho que V. Ex^a vai chegar antes das eleições, então vai poder participar.

Com o Embaixador Roberto, da mesma forma, sucesso, tenho certeza absoluta, na relação.

O Senador Lasier fez várias referências também à República Dominicana e à Estônia, e ele é o nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. A Estônia tem uma excelência na área de tecnologia da informação. Então, eu perguntaria qual a orientação de V. Ex^a, qual o trabalho para que possa haver a difusão dessa tecnologia, dessa excelência para o nosso Brasil, porque é, sem sombra de dúvida, pela tecnologia que nós vamos poder avançar.

Há também uma pergunta que faço ao Embaixador Baena Soares. A Estônia... Não existe necessidade de visto para os cidadãos estonianos entrarem no Brasil como turistas. Não existe isso aí. Eu não entendo essa exigência de vistos em um país como o nosso, que precisa aumentar, que tem um potencial da indústria de turismo imenso e fica colocando dificuldade. Como exemplo, o visto - que já se discute há muito tempo acabar - para os Estados Unidos da América, para americanos virem ao Brasil. Então, pergunto se existe alguma orientação no sentido também de brasileiros para a Estônia; se também o visto é liberado. E, no caso da República Dominicana, a mesma coisa: quais os países que precisam de visto ou não precisam de visto para terem essa relação de turismo; e se os vistos para outros países são também exigidos ou se são liberados.

Que Deus abençoe os dois novos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Obrigado, Senador Lasier, Presidente desta reunião, neste momento em que substitui o Senador Aloysio Nunes Ferreira nessa missão.

Eu cheguei com um pouco de atraso porque me encontrava em uma reunião organizada pela Bancada Parlamentar catarinense. Por isso, não pude assistir às apresentações do Embaixador Baena Soares e do Embaixador Roberto Colin. Peço desculpas, mas a constante atividade que temos aqui sobreposta uma à outra nos impede de estarmos em vários lugares ao mesmo tempo.

Eu vim ao plenário para aqui fazer uma manifestação e também colocar o meu voto favorável à indicação dos Embaixadores aqui presentes. Entretanto, lamentavelmente, não poderei fazê-lo porque o voto foi dado já pelo Senador Flexa Ribeiro, que é Senador suplente nesta Comissão, mas, como Relator da indicação do Embaixador Roberto Colin, ele, obviamente, precisava exercer a condição de eleitor nesta reunião, em função da condição que tem de relatar a matéria.

Peço ao Embaixador Roberto Colin que não considere isso uma desfeita e uma descortesia; pelo contrário, considero que o Senador Flexa, pelo seu brilhantismo, pela sua competência e pela maneira como sempre relata as matérias nesta Comissão, certamente o fez com muita sabedoria e com muito acerto.

Compareço aqui, Sr. Presidente, não para fazer alguma arguição, mas apenas para dar um depoimento aos meus colegas Senadores, que, na próxima semana, estarão votando as indicações de ambos Embaixadores no plenário. E, como não estarei presente, na próxima semana, na sessão, fiz questão de aqui vir para fazer um depoimento especialmente a respeito do Embaixador Roberto Colin, que, agora, deixará as atividades na Coreia do Norte para se dedicar à República da Estônia, em nome do Brasil.

O Embaixador Roberto Colin é uma das grandes figuras públicas do meu Estado, o Estado de Santa Catarina; honra muito o nosso Estado, como tenho certeza de que honra também o serviço diplomático brasileiro.

E devo dizer que, se aqui estivesse hoje o Senador Luiz Henrique, com certeza, estaria não só votando, mas comemorando a presença do Embaixador Roberto Colin nesta reunião porque Roberto Colin foi um dos colaboradores do Governo de Santa Catarina na primeira gestão de Luiz Henrique, e lá emprestou, com muito talento, com muita competência e capacidade os seus préstimos para que Santa Catarina fosse um Estado ainda melhor, como, de fato, o é.

Desejo a ambos os Embaixadores muito sucesso nas suas novas atividades tanto na República Dominicana quanto na Estônia e, se o Senador Flexa e o Senador Ricardo Ferraço permitirem, espero, com certeza, um dia poder visitá-los nas suas embaixadas, onde estarão em atividade, representando o Brasil e lutando por nosso País.

Faço apenas um registro e um breve comentário que já fiz em outras oportunidades. Sem dúvida nenhuma, o serviço diplomático é muito importante. O serviço de representação do país é indispensável do ponto de vista cultural, do ponto de vista político, do ponto de vista governamental, mas é preciso que nós, brasileiros, prestemos muita atenção na questão econômica. Sempre peço aos embaixadores que aqui vêm que mereçam a atenção constante e permanente do serviço diplomático.

Sabemos que muitos países maiores do que o Brasil, inclusive, têm orientado seus embaixadores e suas representações diplomáticas para atuarem permanentemente e com muita intensidade nessa área, visando aumentar as relações comerciais do Brasil com outros países, principalmente visando à exportação de produtos brasileiros para os países parceiros do nosso. Sem dúvida nenhuma, isso reflete em nosso País com geração de emprego, com geração de riquezas, com melhor distribuição de renda, e isso, certamente, é uma coisa necessária no Brasil, neste momento de crise econômica, neste momento de dificuldades políticas, neste momento de crise ética pelo qual estamos passando e do qual queremos nos livrar o mais rapidamente possível.

Então, aqui, Sr. Presidente, venho muito mais para saudar e cumprimentar os embaixadores que comparecem a esta reunião, mas, de uma forma muito específica e emblemática, quero aqui oferecer meu aplauso e meus cumprimentos ao Embaixador Roberto Colin que, sem dúvida, vai orgulhar os brasileiros e especialmente os catarinenses, seus conterrâneos, na República da Estônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Obrigado, Senador Bauer.

Com a palavra, para também perguntar, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Da mesma forma, até pelo tempo que já está passando, quero apenas desejar a esses dois profissionais da diplomacia brasileira e, em particular, ao Embaixador Roberto Colin - tive a honra de ser sua Relatora aqui na Comissão... Porque lembrei-me muito de um amigo muito dileto, o nosso inesquecível Luiz Henrique da Silveira, que teve uma atuação exemplar nesta Comissão.

Há pouco estava a Ministra Kátia Abreu na Comissão de Agricultura, a qual tenho a honra de presidir, falando sobre a necessidade de ampliarmos o número de acordos bilaterais ou multilaterais na área do comércio. São muito poucos, o mais recente foi o do Mercosul com o Egito, mas a demora na homologação do acordo dentro do Gabinete Civil acaba prejudicando não só o esforço da própria diplomacia brasileira, mas a própria implementação desses acordos comerciais. Então, como ele aqui - e V. Exª, para mim, sempre remete à imagem do Luiz Henrique, e deve ser prazeroso lembrar isto para o senhor - falava muito, há necessidade de adotarmos o *fast track* nos acordos internacionais ou em outros acordos, o que seria muito relevante.

Então, desejo ao senhor muito sucesso, não tenha dúvida. Da mesma forma, ao Embaixador Clemente Baena Soares. A família tem um DNA já conhecido. O Rodrigo é seu primo? Irmão?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Irmão. É uma família... Eu me dou muito bem com o Rodrigo, há muito tempo, quando também foi porta-voz do Itamaraty, e também com seu pai, sua mãe, de Pelotas, a Gláucia Baena Soares. Então tenho também esse vínculo.

Desejo aos senhores grande sucesso nas missões que terão pela frente.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Cumprimento, Sr. Presidente, os nossos Embaixadores, ambos de carreira notável em áreas muito específicas, que alcançam essa condição depois de uma longa jornada no Itamaraty em funções muito relevantes, não apenas o Embaixador Clemente de Lima Baena Soares, assim como o Embaixador Roberto Colin, a quem quero cumprimentar, dois dos mais qualificados quadros do nosso Itamaraty, que é uma verdadeira escola de formação de quadros da estrutura pública brasileira ao longo de todos esses anos.

Ao Embaixador Baena, uma questão que me vem à mente é a estratégia e a visão do Governo brasileiro em relação à relação da República Dominicana com o Caricom, que não teve aceito o seu pedido de adesão em 2013, inclusive com incisivas críticas desta organização, sobretudo em relação à decisão judicial da mais alta Corte dominicana, que resolveu retirar a cidadania de centenas de milhares de cidadãos haitianos que são moradores na República Dominicana, agravando ainda acentuadamente as questões e o desafio migratório em toda a região. São haitianos que em algum momento migraram para a República Dominicana, lá constituíram suas vidas e terão, eventualmente, não sei se há alguma decisão que sucede essa, mas fala-se em mais de 500 mil haitianos que habitam a República Dominicana que teriam que retornar ao Haiti.

Isso traz uma preocupação, evidentemente, a todos nós, porque o problema ou o desafio migratório é um fenômeno que está presente não apenas na Europa, não apenas na Ásia, mas também na América do Sul. O Haiti é, de fato, um desafio para a República Dominicana e para todos nós que, inclusive, temos sido um porto seguro de um importante contingente de pessoas, de haitianos que procuram abrigo em nosso País.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse abordar esse tema, dizendo qual é a orientação que temos da Chancelaria brasileira em relação a isso. Creio que já é um tema muito presente em nossos desafios na região.

A outra questão é a missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, a Minustah, que foi criada por resolução do Conselho de Segurança da ONU ainda em 2004. A missão coordena a participação de tropas militares de um conjunto de, pelo menos, 15 países, mantendo na ilha um efetivo que varia entre 2 e 4 mil - como se chama? - capacetes azuis, que são os capacetes emblemáticos da Organização das Nações Unidas, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Qual a avaliação que o Governo brasileiro, no caso, o Itamaraty, faz da presença da Minustah? E, olhando para a frente, qual é a perspectiva da manutenção das Forças brasileiras no Haiti?

Ao Embaixador Colin, rendo aqui as minhas homenagens. Eu não o conhecia pessoalmente, mas já conhecia a experiência e a qualidade de V. Ex^a pelo testemunho e depoimento dado a todos nós pelo nosso sempre saudoso, querido e estimado Senador Luiz Henrique, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, ex-Governador, por dois mandatos, de Santa Catarina, ex-Prefeito de Joinville, que deixou um legado nesta Casa de respeito, de amizade, de admiração pela importante liderança, não apenas em seu Estado de Santa Catarina, mas nacional, que tinha, inclusive nesta Comissão, um ativismo muito grande em relação às relações externas pela dimensão que tinha, pela sensibilidade que tinha da importância estratégica para o nosso País.

Enfim, a Estônia é um país que desenvolveu a área de defesa cibernética. Não é sem outro sentido que é o centro de excelência em defesa cibernética da Otan, uma área bastante sensível, importante para o nosso País. Que expectativa podemos ter... O Senador Lasier fez menção a este fato e reitero, quer dizer, a nossa grande expectativa na cooperação do nosso País com a Estônia se dá nesse campo. E gostaríamos que V. Ex^a, então, reforçasse quais são as ações, o plano de trabalho e de que maneira podemos contribuir com V. Ex^a, até me valendo aqui da Presidência desta Comissão, do Senador Lasier, que é também o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia nesta Casa.

Portanto, há uma agenda a ser construída, caro Presidente Lasier, com o nosso Embaixador que está indo para a Estônia na direção de vermos evoluir essa relação, até porque a nossa Embaixada na Estônia é a única Embaixada brasileira nos países bálticos, nessa região. E isso reforça ainda muito mais a presença estratégica do nosso País nessas regiões.

De modo que essas são as questões.

Cumprimento o Embaixador Colin, o Embaixador Baena e renovo as expectativas de que V. Ex^{as} horarão o Estado brasileiro e horarão, sobretudo, a escola do Itamaraty e a Chancelaria brasileira à frente desses novos dois importantes postos.

Cumprimentos a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Obrigado, Senador Ferraço.

E, fechando os questionamentos, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) - Sr. Presidente, na verdade, não vamos, quase, fazer questionamento, mas, primeiro, quero, mais uma vez, destacar o quadro que hoje compõe o nosso Itamaraty. São pessoas altamente preparadas e que nos orgulham em suas missões nos países em que estão prestando serviço.

Quero aqui saudar e parabenizar os dois Embaixadores. Que realmente sejam abençoados nessas missões tão importantes! Mas queria, especificamente, conversar com o Embaixador Clemente, porque ele vai para uma república próxima de Roraima, porque Roraima é fronteira ali. São os países caribenhos.

O forte da economia da República Dominicana é o turismo, como o é em quase todos os países caribenhos. Então, a maioria dos seus bens são importados. E, naturalmente, hoje o Estado de Roraima é a mais nova fronteira agrícola do

País. Nós estamos tirando algumas amarras. Inclusive, muitos coreanos estão vindo investir agora. Vamos produzir muito, principalmente no setor primário. No futuro... Estamos tentando, inclusive, um porto na Guiana Inglesa ou, então, na própria Venezuela, que já disponibiliza desse porto, que é um percurso fácil, para que possamos, quem sabe, fazer esse intercâmbio de fornecimento de matérias manufaturadas ou mesmo de matérias-primas ou primárias para a República Dominicana.

Então, quero aqui parabenizá-lo e, naturalmente, depois, quem sabe, manter contato nesse sentido de colocar o Governo do Estado nesse *link* para que possamos fazer esse intercâmbio comercial. Quero saudar os dois Embaixadores, desejar sucesso e parabenizar pela escolha.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Obrigado, Senador Telmário.

Havendo ainda tempo, o nosso Senador Antonio Anastasia, que tinha outro compromisso. Ele sempre tem uma participação muito valiosa. É um dos nossos Senadores de maior conhecimento de política internacional.

Com a palavra, então, para concluir as perguntas, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, cuja generosidade é conhecida de todos pelo seu imenso coração gaúcho. Eu agradeço as suas palavras, cumprimento o Embaixador Baena Soares, o Embaixador Roberto Colin e também os nossos pares que me antecederam, que já foram muito extensos em termos das indagações.

Eu vou também, de maneira muito célere, Embaixador Baena Soares, me dirigir, primeiramente, a V. Ex^a, reafirmando, como na sua bela exposição que aqui foi feita, que acompanhei toda, a situação da República Dominicana, que tem muitos pontos em comum com o Brasil: a colonização ibérica, a proximidade linguística, a proximidade hemisférica, a trajetória política e cultural, um regime forte durante tantas décadas, a crueldade de uma ditadura, a redemocratização, problemas da redemocratização, problemas de corrupção, que sabemos que, lamentavelmente, também surgem por lá. Então, tudo isso faz um quadro um pouco parecido.

E V. Ex^a, com a sua *expertise* latino-americana, com a sua dedicação e também, como diz muito bem a Senadora Ana Amélia, pelo DNA que V. Ex^a apresenta, vai certamente desenvolver em Santo Domingo, que, aliás, é a mais antiga cidade das Américas, um trabalho muito eficaz.

O Senador Lasier pontuou, no início da sua indagação, aquilo que me parece o que nós podemos aprender com a República Dominicana, que é o tema do turismo. É de espantar que a República Dominicana, tão pequena, com suas praias, consiga um resultado no turismo, e nós, no Brasil, com o tamanho que temos e com praias tão belas - algumas até citadas internacionalmente -, não tenhamos a condição da infraestrutura e da propaganda que a República Dominicana conseguiu.

A República Dominicana sempre teve bons vendedores. Eu me lembro aqui da figura ao mesmo tempo folclórica do diplomata Porfírio Rubirosa, que, durante tantas décadas, na Europa, representou a República Dominicana e levantou o nome desse país com características até um pouco caricatas, digamos assim. Mas é importante aprendermos como o turismo conseguiu florescer bem, e nós temos dificuldade.

A questão do visto, levantada também aqui pelas indagações do Senador Flexa - eu comentava isso com ele *a latere* -, exatamente é um ponto que devemos averiguar, mas tenho certeza de que V. Ex^a terá lá um grande desempenho. E é uma posição muito estratégica pela posição histórica, inclusive, e de precedência que tem a República Dominicana dentro do concerto latino-americano.

Embaixador Roberto Colin, meus cumprimentos. V. Ex^a teve a gentileza de me visitar ontem. Conversamos muito sobre a Coreia do Norte, que é a curiosidade maior, mas V. Ex^a agora se dirige à Estônia.

Também na sua belíssima exposição, Senador Lasier, o Embaixador Roberto Colin mostrou o que significa essa nação báltica e escandinava que tem tanta relevância naquele ponto. A despeito de pequena, ela tem não só uma produção econômica relevante, mas uma posição estratégica muito delicada em uma região muito conturbada no mundo, que no passado foi objeto de disputa entre a Suécia e a Rússia; depois, entre a Prússia, a Alemanha e a Rússia. Atualmente, felizmente, está pacificada, mas mesmo assim sempre há ali uma certa tensão, decorrente da posição da Rússia, especialmente pela dissolução do império soviético.

Eu li - comentava há pouco - *A Festa do Bode*, sobre a República Dominicana. Eu acabei de ler um livro chamado *O Último Império*, sobre a dissolução da União Soviética, que mostra a presença muito firme do que significam os países bálticos nesse esforço de redemocratização daquela região.

Então, V. Ex^a terá, além das questões tecnológicas, muito bem lembradas pelos que me antecederam, também um posto importante de observação política, porque a situação da Rússia, especialmente em relação à Crimeia, à Ucrânia, e mesmo às suas antigas repúblicas muçulmanas, sempre leva um quê de preocupação à ordem pacífica mundial. V. Ex^a, pela

experiência que teve na Coreia do Norte, em uma situação, claro, muito mais conflagrada e mais - digamos - litigiosa internacionalmente, terá lá também a oportunidade de tecer as suas considerações e estreitar as relações com o Brasil, não só em termos tecnológicos, mas também, é claro, estimulando o turismo recíproco e, evidentemente, questões de ordem agrícola, até porque os países bálticos, Senadora Ana Amélia - estivemos junto com a Ministra Kátia Abreu, no ano passado, na Comunidade Europeia -, estão tendo muita projeção na condução do Conselho Europeu, inclusive nas questões agrícolas. Lembro-me muito da comissária, salvo engano, da Lituânia, um país vizinho. A presença brasileira é muito importante para abrir os mercados na Europa como um todo, e os países bálticos têm ali um peso político muito relevante. Boa sorte! Tenho certeza de que desempenhará com muita dedicação, esmero e proficiência, à semelhança do Embaixador Baena Soares, as suas tarefas.

Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Obrigado, Senador Antonio Anastasia.

Para concluir este rito da sabatina com os nossos Embaixadores indicados para a Estônia e para a República Dominicana, vamos às respostas às sabatinas dos nossos Senadores, começando pelo Embaixador Roberto Colin.

O SR. ROBERTO COLIN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na nossa relação com a Estônia, nós nos ressentimos da falta de projetos concretos, que não existem ainda, apesar do interesse já demonstrado. Eu mencionei há pouco que delegações de Estados brasileiros já visitaram a Estônia em um passado recente e que Santa Catarina manifestou esse interesse também agora. Ao mesmo tempo, nos ressentimos também da falta... O arcabouço jurídico também é imperfeito com a Estônia. Nós temos somente dois acordos assinados: um de turismo e o outro, cultural. Ora, tendo em vista o perfil, o potencial da nossa relação com a Estônia, é urgente negociarmos um acordo de ciência e tecnologia. Caso seja aprovado por V. Ex^{as}, vai ser uma das minhas primeiras providências.

Eu queria mencionar o seguinte: me chamou a atenção o fato de que Estados brasileiros tenham esse tipo de interesse, em cooperar com a Estônia na área de tecnologia da informação. Isso me remete à experiência que tive quando fui Secretário de Assuntos Internacionais de Santa Catarina, quando trabalhamos muito com diplomacia federativa, ou paradiplomacia. O que eu quero dizer com isso? No caso de dois países com escalas tão diferentes, como Brasil e Estônia, eu acho que esse modelo de cooperação de Estado com a Estônia, ou de Estado a Estado, como a experiência que eu tive em Santa Catarina, parece ser um modelo promissor e que eu pretendo estimular. É claro que isso não é exclusivo. É claro que há casos em que a esfera federal é a única que pode realizar certos projetos.

Nesse caso, Senador Lasier, o senhor será o meu primeiro convidado para visitar a Estônia. Eu acho que sobretudo a Comissão de Ciência e Tecnologia, mas também a Comissão de Relações Exteriores e Defesa, pela questão de defesa cibernética, que também é um dos pontos fortes na Estônia, deveriam ser verificados. Eu acho que vale a pena ser feita uma prospecção. Ao chegar lá, eu pretendo identificar o quadro e me comunicarei com V. Ex^a para combinarmos isso. Mas essa é, sem dúvida, a área prioritária. A Estônia tem muito a nos oferecer nessa área e, enfim...

(Soa o celular do orador.)

O SR. ROBERTO COLIN - Desculpem. É a tecnologia. Essa aqui é tecnologia da idade da pedra.

Aqui, na esfera Federal, sobretudo, na parte de governo digital, eles têm uma grande experiência, o que poderia ser muito útil.

Os Estados, o Rio Grande do Sul mesmo, quando organizou essa viagem à Estônia, estava muito interessado na identidade digital, que é outra coisa impressionante que eles desenvolveram na Estônia.

Então, eu acho que, prioritariamente, essa é a nossa área de cooperação e vamos precisar desenvolver, temos que negociar esse acordo de ciência e tecnologia numa primeira oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito obrigado.

Embaixador Clemente Baena Soares.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - Obrigado, Sr. Senador.

Foram muitas perguntas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários feitos sobre a família à Senadora Ana Amélia e a outros Senadores aqui presentes.

Eu tenho aqui algumas perguntas, inclusive, do próprio Senador Lasier, sobre a diferença entre o Haiti e a República Dominicana, por que um é muito pobre e o outro está muito mais desenvolvido. Talvez o Haiti seja o país mais pobre da América Latina e do Caribe. Sem ser especialista em Haiti, mas por ter estudado um pouco a região do Caribe e da América Central, eu diria que, em função de uma ditadura que houve, de Duvalier, o Baby Doc, em que houve os *tontons macoutes*,

uma violência impressionante, houve uma política de governo - digamos assim - em que toda riqueza ou toda a produção iria para outro lugar e não seria, digamos, investida no Haiti. Com isso não há infraestrutura, inclusive de turismo. São praias belíssimas as que há no Haiti. Eu estive lá em 2005 ou 2006, com o Senador Suplicy inclusive. Naquela época, eu trabalhava justamente na assessoria parlamentar. Nós estivemos lá para acompanhar a Seleção Brasileira. Houve um amistoso com a seleção do Haiti. Apesar de o país ser muito pobre, isto chamou muito a minha atenção: todos adoram o Brasil, têm uma verdadeira paixão pelo Brasil, uma verdadeira paixão pelo futebol brasileiro.

Agora, do outro lado, do lado da República Dominicana, apesar de ter tido também períodos de ditadura, houve a preocupação de investir no país. Por isso que, hoje em dia, há investimentos, especialmente em obras de infraestrutura, especialmente para atração de investimento estrangeiro, no setor de hotelaria. Não é à toa que a República Dominicana recebeu mais de 6 milhões de turistas ano passado, sendo, desses 6 milhões, 150 mil brasileiros. Num período de quatro, cinco anos - 2011 a 2015 -, passou de 10 mil para 150 mil brasileiros que visitam a República Dominicana.

Então, é basicamente isto: seria uma política de governo, muito pela ditadura Baby Doc, e, do outro lado, mesmo com alguma ditadura, com dificuldades de governo, houve a preocupação de investir no país.

O senhor também me perguntou sobre a Venezuela. Sobre a Venezuela - o senhor tem acompanhado, notas à imprensa do Itamaraty foram mais de quatro -, sempre o Itamaraty, o Governo Brasileiro afirmou, salientou a necessidade de um diálogo permanente entre o governo e o parlamento recentemente eleito, de que a oposição detém o controle. Nunca...

Em todas essas manifestações do Itamaraty, houve um posicionamento claro no sentido de que deve haver o diálogo entre oposição e governo. Isso foi dito à Comissão de Deputados que esteve há pouco mais de um mês e também à Chanceler Delcy Rodriguez, que aqui esteve em janeiro. Ou seja, tem se de construir pontes, haver diálogo entre as duas partes, e sempre isso foi o objetivo da Comissão da Unasul, que o Ministro Mauro Vieira integrou no ano passado. Houve várias reuniões neste mesmo sentido de colocar a necessidade de que haja tranquilidade e responsabilidade das duas partes, para trazer, digamos, a estabilidade política de que a Venezuela tanto necessita.

O Senador Flexa pediu um esclarecimento sobre a dívida da Venezuela com relação à República Dominicana, inclusive com o receio de que o Brasil faria a mesma coisa, mas a dívida da Venezuela, quer dizer, da República Dominicana com relação à Venezuela era de US\$4 bilhões. A proposta, a iniciativa partiu da própria Venezuela, ao dizer: "Eu lhe dou um desconto, desde que o senhor me pague 50%". Isso porque a Venezuela, naquela época e hoje em dia, ainda necessita de recursos financeiros.

O Senador Flexa Ribeiro falou sobre o declínio do comércio bilateral e sobre como incrementá-lo. Sobre como incrementar, há várias iniciativas, entre as quais há um acordo de investimentos - que está pronto para ser assinado, e esperamos que o seja nos próximos meses - que vai facilitar uma presença muito maior brasileira e um comércio mais significativo com relação à República Dominicana.

Quanto aos vistos, tenho a impressão... Não sei quais os países de que a República Dominicana exige visto, mas, pelo número de turistas, acho que praticamente é um país aberto ao turismo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O visto, Embaixador, é feito no próprio aeroporto. Chega-se lá - faz uns dois anos que estive lá - e no aeroporto se pagam US\$10. Obtém-se o visto no aeroporto. De modo que é muito difícil que vá chegar alguém que seja mandado de volta do aeroporto. Normalmente, todos são aceitos mediante US\$10.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - O Senador Ricardo Ferraço perguntou sobre a República Dominicana e o Caricom. De fato, está suspenso o pedido de entrar como sócio no Caricom por parte da República Dominicana, muito em função dessa decisão no Tribunal Constitucional de suspender, denegar vistos a imigrantes. É um tema...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) - É mais que isso, é suspender a cidadania.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES - Também, a cidadania. Inclusive, justamente essa decisão do Tribunal Constitucional isolou a República Dominicana no Caribe. Inclusive, temia-se que, com a presidência *pro tempore* da República Dominicana, da Celac, isso poderia prejudicar a própria atuação da República Dominicana nesse fórum. Há uma reunião de chanceleres, prevista para o final deste mês, na própria República Dominicana, que, digamos, vai ser o primeiro grande teste dessa gestão dominicana à frente da Celac.

Também está prevista para junho a assembleia geral da OEA. Também é outro grande teste para saber se a República Dominicana poderá um pouco romper esse isolamento imposto por essa medida.

A Minustah tem cerca de mil soldados brasileiros, entre oficiais. Ela já foi de dois mil. Acho que há um cronograma segundo o qual os soldados vão saindo da República Dominicana.

Quanto à avaliação, a presença das tropas brasileiras tem tido uma função muito importante, que é dar segurança aos habitantes de Porto Príncipe. Dando essa segurança, poderá até ter impacto na saída de haitianos em busca de segurança maior na República Dominicana.

Bom, Senador Telmário Mota, de Roraima, tenho feito, dentro dessa minha gestão à frente do departamento, um esforço muito grande em ter uma integração cada vez maior dos Estados do Norte, de Roraima, em particular, para o escoamento da produção local, especialmente de soja. Têm sido feitas gestões junto ao Governo da Guiana para ver se há possibilidade de escoamento, pela fronteira Bonfim-Lethem-Lindem-Georgetown, pelo Porto de Georgetown, da soja produzida em Roraima. Há também a possibilidade de se fazer algo via Venezuela. Com isso poderá Roraima... Os roraimenses têm ido muito à Ilha Margarita. A partir daí poderiam alcançar o Caribe.

Bom, o Senador Paulo Bauer pediu que nós tenhamos, eu e o Embaixador Colin, uma preocupação especial com relação às relações comerciais. É isso que a gente tem em nosso trabalho. No meu programa de trabalho está previsto justamente intensificar essa relação comercial entre os dois países. E vai ser complicado, porque a pauta de exportação da República Dominicana é muito limitada, e a pauta do Brasil é de outra ordem. Mas, talvez por outros mecanismos, inclusive, aproveitando as zonas francas. São mais de 30 zonas francas dentro da República Dominicana, o que poderia facilitar o próprio País como uma plataforma de exportação que já existe, em especial a Gerdau faz isso, para outros países da região.

Não sei se respondi a todos, mas agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito obrigado. Sr. Embaixador Clemente Baena Soares.

Bom, agora, em fase de apuração, vamos repetir a praxe do Presidente da Comissão, o Senador Aloysio, que consulta os Senadores e as Senadoras se continuamos com reunião aberta para fazer a apuração da votação ou, como era antigamente, solicitamos a ausência dos candidatos. *(Pausa.)*

Então, como não há objeção, nós vamos para a apuração.

Quero convidar a nossa colega Ana Amélia para secretariar a apuração e depois assinar as atas. Como não dependemos mais de cédulas de papel, temos agora a apuração eletrônica, podemos ver qual é o resultado das sabatinas de hoje.

Aos nossos Senadores eu pergunto se podemos já ter o resultado neste momento.

Então, está sendo feita a apuração.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Sr. Presidente, enquanto ocorre a apuração...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim. Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Nós vamos também tratar de requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Já vamos tratar de requerimentos.

Temos aí o resultado.

Embaixador Clemente: 12 votos Sim; nenhum contrário.

Embaixador Roberto Colin: também 12 votos SIM.

Portanto, por unanimidade.

Estamos de parabéns pela votação, e estão de parabéns os nossos eleitos. Que tenham muito sucesso na missão que vão desempenhar respectivamente na Estônia e na República Dominicana!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Apenas um registro, Presidente: a unanimidade da eleição dos nossos dos Embaixadores está a protestar a lenda de que toda unanimidade é burra. Neste caso, não é. Há exceções.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Toda regra tem exceção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Até porque nós estamos aqui diante de um fato objetivo. Ou seja, vejam a responsabilidade de V. Exªs com o resultado e a expectativa que esta Comissão e que o Senado têm.

Então, eu acho que esses dois procedimentos podem ser enviados para o Plenário de forma - e é o requerimento que faço a V. Exª - urgente, para que nós possamos deliberar sobre essas indicações, cumprimentando os nossos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

A assessoria fará o encaminhamento para votação em plenário.

Então, Embaixador, meus cumprimentos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, no encaminhamento...

Sim.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) - É só para lembrar então que, na parte dos requerimentos, há um requerimento que eu assinei com o Senador Tasso, da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Certo. Bom, extrapauta, temos dois, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Três. E qual é o primeiro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O primeiro, então, é o requerimento do Senador Tasso, que ficou com a incumbência do Senador Anastasia.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro nos termos regimentais, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 04, de 2016, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, seja aprovado o presente Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública (artigo 96-B0 do RISF) voltada para a política externa.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em discussão. *(Pausa.)*

Se ninguém quiser discutir, em votação.

Os Senadores permaneçam como estão se não tiverem objeção. Caso contrário... *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Ricardo, quer fazer o encaminhamento do seu de viva voz?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Sr. Presidente, faço e com prazer, porque julgo ser da maior relevância, não apenas para o Senado, mas para esta Comissão, que nós possamos colocar em nosso radar e em nosso debate uma audiência pública visando discutir a participação em organismos internacionais por parte do nosso País. No dia 10 de fevereiro, Sr. Presidente, o Governo Federal editou o Decreto nº 8.666, instituindo a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais, órgão consultivo para apurar a situação financeira e orçamentária do Brasil em organismos internacionais, entidades e fundos internacionais.

Esses organismos, esses fundos, essas entidades são muito importantes, porque asseguram a presença do Estado brasileiro, a presença do Brasil, enfim, nos mais diversos fóruns mundo afora. Em outras palavras, essa comissão, composta por representantes da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores, foi criada com o intuito de verificar a dívida do País e manifestar-se inclusive sobre o desligamento do nosso País dessas instituições e as propostas de alteração do valor das contribuições a esses organismos. Ou seja, o Governo constituiu uma comissão para determinar, deliberar sobre a presença do Estado brasileiro em que comissões, em que entidades, em que fundações, em que organizações, Sr. Presidente.

Salta aos olhos, Sr. Presidente, que o colapso do Estado brasileiro chega a tal monta que o Governo brasileiro, Senadora Ana Amélia, deve a esse conjunto de entidades. Estou a me referir à OEA, Mercosul, ONU, OMS, OIT, TPI, OIC, Unesco e tantas outras. Faz parte da mais longa tradição da política externa brasileira assegurar a presença brasileira nesses fóruns internacionais. E o Brasil está devendo a essas entidades, Sr. Presidente, R\$2,141 bilhões. Esse é o tamanho da inadimplência do Estado brasileiro nessas organizações, tirando o prestígio, tirando o voto, tirando efetivamente a moral dos nossos representantes que, em alguns casos, não podem sequer se manifestar, não podem sequer exercer o seu voto.

Isso é, de fato, Sr. Presidente, surreal na história da República brasileira. Nós estamos diante de uma pedalada internacional. Essa é que é a verdade, Sr. Presidente. O caos, o colapso e a desorganização do Estado brasileiro chegam

a tal dimensão que a nossa voz e o nosso voto mundo afora estão sendo restritivos em função dessa inadimplência. E o Governo resolveu constituir uma Comissão para definir em que entidades e fundações continuará presente ou não.

Nós achamos que esse é um tema que nós precisamos debater aqui, para trazer a contribuição e a visão crítica do Congresso brasileiro, da Comissão de Relações Exteriores, pelo menos. Por isso estamos requerendo uma audiência pública para chamarmos aqui o Sr. Francisco Gaetani, que é Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; de igual forma, do Embaixador Sérgio França Danese, excelente Embaixador, excepcional servidor público da Diplomacia brasileira que atualmente exerce a importante função de Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; também do sempre prestigiado Embaixador Rubens Barbosa; e do Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel.

Ou seja, a ideia é que possamos dar um sinal para o Governo Federal, para o Poder Executivo de que isso nos preocupa, em razão da longa tradição que temos de presença ativa. Nunca é demais lembrar a presença do nosso sempre Chanceler Oswaldo Aranha na Organização das Nações Unidas; do Baena Soares, na Organização dos Estados Americanos. Enfim, isso trouxe, isso deu, isso dá lustro à participação do Brasil mundo afora. E isso também está ameaçado, Sr. Presidente.

Portanto, estou requerendo que possamos trazer esse debate para que possamos acompanhar as decisões dessa comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito oportuno.

Vamos esperar que haja a repercussão necessária, mas, de qualquer maneira, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Se não houver quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a discussão do endividamento do Brasil perante organismos internacionais e a formação desta comissão.

[É o seguinte o item aprovado:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater o endividamento do Brasil perante organismos, entidades e fundos internacionais, bem como a criação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), criada para avaliar o montante dessa dívida e o futuro do país nessas instituições.

Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: • Francisco Gaetani - Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; • Sérgio França Danese - Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; • Rubens Barbosa - Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP;

• Oliver Stuenkel - Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Observações:]

A última matéria do dia é o seguinte requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2016

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 76, de 2015, Requeiro seja incluída como convidada para participar da Audiência Pública para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China, a Senhora Larissa Wachholz, Sócia Diretora, Vallya Negócios e Investimentos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira debater, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a matéria referente a este requerimento.

Com isso, agradecendo a presença de todos que estão ou estiveram aqui, dos assessores, da imprensa, está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)